

MATRÍCULAS DE SURDOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM CLASSES COMUNS: SUA APRESENTAÇÃO AO LONGO DOS ANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rafaela Raulino Nogueira (1); Allan Batista Silva (2); Gabriela Raulino Nogueira (3); Rodrigo de Oliveira Santos (4)

1- Mestranda em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: rafaelanogueirajp@hotmail.com; 2- Mestrando em Modelos de Decisão e Saúde pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. E-mail: allandobu@gmail.com; 3- Graduanda do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cabedelo, Brasil. E-mail: gabriela_raulino@hotmail.com; 4 - Graduando do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Cabedelo, Brasil. E-mail: rodrigoosaantos21@gmail.com

Resumo: A educação do surdo é um tema bastante relevante a ser discutido, pois existem várias bases que asseguram uma educação de qualidade para este público, respeitando suas singularidades e particularidades. O Censo Escolar da Educação Básica é uma fonte de informações que podem ser trabalhadas para reconhecimento, aprofundamento de informações e tomada de decisões em relação a diversos públicos, dos surdos. Portanto, esta pesquisa se objetiva a apresentar a distribuição das matrículas de surdos na educação especial em classes comuns (ensino regular e/ou educação de jovens e adultos) por regiões e seu percentual de variação ao longo dos anos. Trata-se de um estudo exploratório, retrospectivo e de abordagem quantitativa, utilizando dados disponibilizados do Censo Escolar entre os anos de 2013 a 2017. Foi observado que o número de matrícula geral (todos os tipos de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) vem crescendo anualmente entre 2013 a 2017 em aproximadamente 38%, já em relação ao número de matrículas de surdos vem diminuindo durante este período em torno de 15%. As regiões que mais se destacam na concentração de matrículas ao longo dos anos é a Sudeste e a Nordeste, embora quando calculado a variação percentual neste período a região Centro-Oeste apresentou o maior percentual (13,87%). Diante do exposto, podemos concluir que o número de matrículas de alunos com surdez vem diminuindo no período de 2013 a 2017, sendo mais evidente em algumas regiões brasileiras e que este resultado pode ser fruto de diversas barreiras existentes dentro da sociedade educacional.

Palavras-Chave: Educação Especial, Surdez, Educação Básica.

1 INTRODUÇÃO

A educação da população com algum tipo de deficiência, inclusive do surdo, é um tema bastante preocupante, pois cada tipo de deficiência possui suas singularidades e suas especificidades, cada um necessita de um olhar diferenciado que respondam as suas necessidades, alcançando assim, uma verdadeira educação especial na perspectiva inclusiva, ou seja, a inclusão com qualidade destes em classes comuns de ensino regular.

Essa inclusão significa responsabilidade governamental de todos que estão envolvidos no processo educacional, ou seja, secretários de educação, diretores de escolas, professores, familiares, para que possa haver uma reestruturação das escolas que já existem de forma que ela se transforme apta para responder as diferentes necessidades educacionais especiais de todos os seus alunos, inclusive daqueles que são surdos, não negligenciando o seu papel de oferecer uma educação igualitária para todos (BRASIL, 2006).

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

Hoje, os surdos contam com diversas resoluções, leis, portarias, decretos que asseguram sua educação com qualidade, como a Resolução nº 2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, onde declara que deve ser assegurado aos surdos o acesso aos conteúdos curriculares através da utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema em braile e a língua de sinais, dando a eles e suas famílias a liberdade de escolha a respeito da abordagem pedagógica que julgarem adequadas, com auxílio de profissionais especializados (BRASIL, 2001; BRASIL, 2015).

Não se pode negar que embora de forma incipiente, a educação ao surdo no Brasil tem apresentado alguns avanços, dentre eles o reconhecimento da libras como língua natural da comunidade surda através da Lei nº 10.436/2002, regulamentada por meio do Decreto nº 5.626/2005, propondo o bilinguismo como um caminho a ser trilhado para uma efetiva educação que leva em consideração o respeito pelas particularidades da educação surda (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005).

O bilinguismo afirma que primeiro o surdo deve se comprometer em aprender sua língua (Língua de Sinais – LS), sendo este um direito a eles assistido, e depois aprender a outra língua na modalidade escrita, afim de uma melhor integração na comunidade ouvinte, no entanto, nem sempre essa comunidade ouvinte está disposta a ser participativa ou se adequar a comunidade surda (ALMEIDA, 2015).

Pesquisas desenvolvidas no Brasil sugerem que embora os surdos passem por vários anos de escolarização, apresentam qualificação para aspectos acadêmicos aquém do desempenho de alunos ouvintes, embora apresentem inicialmente capacidades cognitivas semelhantes. Tal visualização é fruto de uma estrutura física, pedagógica e de recursos humanos despreparados para atender as necessidades oriundas dessa população, afetando assim, seu potencial educacional (HONJOYA; LIMA; RIBEIRO, 2018).

Sabendo que o Censo Escolar da Educação Básica é uma fonte de informações que podem ser trabalhadas para reconhecimento, aprofundamento de informações e tomada de decisões em relação a diversos públicos, inclusive da educação especial voltada para os surdos, esta pesquisa possui como objetivo apresentar a distribuição das matrículas de surdos na educação especial em classes comuns (ensino regular e/ou educação de jovens e adultos) por regiões e seu percentual de variação ao longo dos anos.

2 METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido a partir de dados disponibilizados do Censo Escolar no endereço eletrônico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), voltado especificamente para a Educação Básica, referentes aos anos de 2013 a 2017, sendo assim, trata-se de um estudo exploratório, retrospectivo e de abordagem quantitativa.

Dentre os materiais disponibilizados pelo INEP para o desenvolvimento de pesquisas, podemos citar as Sinopses Estatísticas da Educação Básica, que é um documento que contém as principais informações coletadas no Censo Escolar em suas diferentes modalidades, permitindo um olhar singular diante dos dados e um reconhecimento através da análise destes sobre a atual situação da educação básica do Brasil. Os dados são apresentados de forma organizada e sólida, anualmente, através de tabelas que apresentam a distribuição de matrículas, docentes, escolas e turmas em todos os municípios brasileiros, elaborada pela Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED).

Respondendo ao objetivo da pesquisa, foi necessário primordialmente realizar o levantamento geral de matrículas referentes à educação especial em classes comuns do ensino regular e/ou educação de jovens e adultos, que leva em consideração todos os tipos de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, realizando a partir deste quantitativo o percentual de matrículas também no geral por cada região brasileira, dentro do período estabelecido. Foi realizado ainda utilizando esses dados o percentual de variação ao longo dos anos, para reconhecimento da expansão ou não do número de matrículas nesta categoria ao longo dos anos, através do cálculo:

Varição Percentual = [(percentual de matrículas gerais de 2013 da região “a” - percentual de matrículas gerais de 2017 da região “a”) / percentual de matrículas gerais de 2013 da região “a”] x 100

No segundo momento foi realizado o levantamento do número de matrículas de alunos surdos no geral e sua distribuição por regiões, realizando o percentual de matrículas por cada região brasileira e em seguida realizada a variação percentual dessas matrículas ao longo dos anos por região, através do cálculo:

Varição Percentual = [(percentual de matrículas de surdos de 2013 da região “a” - percentual de matrículas de surdos de 2017 da região “a”) / percentual de matrículas de surdos de 2013 da região “a”] x 100

Os dados coletados foram tabulados e analisados no software R, sendo este de licença livre para uso e apresentando ferramentas necessárias para cumprir os objetivos da presente pesquisa de forma significativa e confiável.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica disponibilizadas no endereço eletrônico do INEP relacionadas aos anos de 2013 a 2017, o número geral de matrículas no Brasil referentes à Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos) de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação apresenta um aumento no número de matrículas, partindo de 2013 com 648.921 matrículas para 896.809 matrículas em 2017, mostrando um aumento de aproximadamente 38%.

Quando analisamos tais informações, percebemos que a elaboração e instituição de políticas, decretos, leis, entre outros dispositivos, vem favorecendo a inserção destes grupos específicos na educação brasileira, como por exemplo, o Decreto nº 6.949/2009 que assegura o acesso dentro do sistema educacional das pessoas com deficiências em todos os níveis de ensino, apresentando como meta a participação destes em ambientes que procurem favorecer seu desenvolvimento na perspectiva acadêmica e social (BRASIL, 2009; MARTINS, LEITE, CIANTELLI, 2018).

Quando analisamos este aumento distribuído entre as regiões brasileiras, percebemos que para os anos de 2013 a 2017 a região que obteve os maiores percentuais de matrículas quando comparadas as outras regiões foi o Sudeste com 37,27%, 36,22%, 35,24%, 35,50% e 34,78%, respectivamente. No entanto, a região Centro-Oeste foi a que obteve durante este período os menores percentuais com 8,62%, 8,64%, 8,66%, 8,61% e 8,40% para os anos 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, respectivamente, como ostra a Tabela 1:

Tabela 1: Número e seu respectivo percentual de matrículas na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos) por regiões brasileiras ao longo dos anos.

ANO CENSO ESCOLAR	NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS	REGIÕES BRASILEIRAS	TOTAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL*	
			n	%
2013	648.921	Norte	60.198	9,28
		Centro-Oeste	55.954	8,62
		Nordeste	180.173	27,77
		Sudeste	241.878	37,27

		Sul	110.718	17,06
2014	698.768	Norte	64.162	9,18
		Centro-Oeste	60.330	8,64
		Nordeste	197.638	28,28
		Sudeste	255.906	36,62
		Sul	120.732	17,28
2015	750.983	Norte	71.724	9,55
		Centro-Oeste	65.014	8,66
		Nordeste	218.767	29,13
		Sudeste	264.615	35,24
		Sul	130.863	17,42
2016	796.486	Norte	76.662	9,63
		Centro-Oeste	68.565	8,61
		Nordeste	232.444	29,18
		Sudeste	282.733	35,50
		Sul	136.082	17,08
2017	896.809	Norte	87.898	9,80
		Centro-Oeste	75.286	8,40
		Nordeste	270.342	30,14
		Sudeste	311.902	34,78
		Sul	151.381	16,88

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos 2013 - 2017.

**O total de matrículas se refere a alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos).*

Nota: Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Apesar de a região Sudeste apresentar os maiores percentuais de concentração de matrículas na modalidade de ensino em questão, a Tabela 2 mostra que quando calculado a variação percentual das regiões brasileiras, a região Sudeste apresentou o maior percentual negativo, indicando que durante os anos de 2013 a 2017 obteve uma redução de 6,68% no número de matrículas. A região que apresentou destaque para o aumento percentual no número de matrículas gerais foi à região Nordeste com 8,53%, seguida pela região Norte com aumento de 5,60%.

Tabela 2: Variação do número de matrículas na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos) de acordo com as regiões brasileiras ao longo dos anos.

INTERVALO DE ANOS DO CENSO ESCOLAR	REGIÕES BRASILEIRAS	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)
2013 - 2017	Norte	9,28 - 9,80	5,60
	Centro-Oeste	8,62 - 8,40	-2,55
	Nordeste	27,77 - 30,14	8,53

	Sudeste	37,27 - 34,78	-6,68
	Sul	17,06 - 16,88	-1,05

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos 2013 - 2017.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Quando voltamos nosso olhar especificamente para o número de matrículas de surdos dentro desses resultados supracitados (matrículas referentes à Educação Especial em Classes Comuns do Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos), percebemos que houve uma diminuição de matrículas ao longo dos anos em torno de 15%, onde em 2013 esse total de matrículas perfazia 25.362 e no ano de 2017 reduziu para 21.559 surdos matriculados, sugerindo que o número de matrículas de surdos não pesa sobre o aumento de matrícula geral. A Tabela 3 apresentada adiante é possível observar a discrepância do aumento no número de matrículas gerais na educação especial em classes comuns (apresentado no primeiro parágrafo) e a diminuição do número de matrículas de surdos, observe:

Tabela 3: Número de matrículas gerais (alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) e específica (alunos com surdez) e sua respectiva variação percentual na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos) ao longo dos anos.

MATRÍCULAS	INTERVALO DE ANOS	NÚMERO DE MATRÍCULAS*	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)
GERAIS	2013 - 2017	648.921 - 896.809	38,20
SURDOS		25.362 - 21.559	-14,99

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos 2013 - 2017.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

**O primeiro número exposto é referente ao ano de 2013 e o segundo ao ano de 2017.*

Embora a educação seja um direito de todos, diversos fatores podem estar associados a essa diminuição no número de matrículas de surdos, dentre eles podemos citar: o preconceito existente perante a sociedade educacional, a falta de intérpretes, ausência de recursos específicos nas escolas, pouca capacitação de professores e funcionários escolares que auxiliem na formação educacional de qualidade para este público (COELHO; SCHUBERT; SILVA, 2018).

Embora que durante muito tempo a formação de professores para atuarem na educação de surdos não era considerada essencial no Brasil, hoje, com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e outras referências, os professores das escolas regulares comuns precisam estar capacitados e assumirem o compromisso de atuarem com os

surdos, respeitando as mesmas oportunidades e qualidade no ensino, embora possam contar os Centros de Atendimento Educacionais Especializados (MUTTÃO; LODI, 2018; BRASIL, 2008).

Quando observamos a distribuição do número de matrículas de surdos pelas regiões brasileiras, percebemos através da Tabela 4 que nos anos de 2014, 2015 e 2017, o Nordeste deteve o maior percentual de matrículas desses alunos em suas classes comuns de ensino regular com 35,38%, 36,10% e 35,09%, respectivamente. Para os anos de 2013 e 2016, a região Sudeste obteve a concentração do maior número de matrículas, perfazendo um total de 35,34% e 35,49%, respectivamente, sendo este último o maior percentual apresentado ao longo dos anos.

Tabela 4: Número e seu respectivo percentual de matrículas na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos) por regiões brasileiras ao longo dos anos.

ANO CENSO ESCOLAR	NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS DE SURDOS	REGIÕES BRASILEIRAS	TOTAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL*	
			n	%
2013	25.362	Norte	2.923	11,56
		Centro-Oeste	1.737	6,85
		Nordeste	8.762	34,55
		Sudeste	8.964	35,34
		Sul	2.976	11,70
2014	24.411	Norte	2778	11,38
		Centro-Oeste	1643	6,73
		Nordeste	8635	35,38
		Sudeste	8474	34,71
		Sul	2881	11,80
2015	22.945	Norte	2.808	12,24
		Centro-Oeste	1.561	6,80
		Nordeste	8.283	36,10
		Sudeste	7.838	34,16
		Sul	2.455	10,70
2016	21.987	Norte	2.548	11,59
		Centro-Oeste	1.737	7,90
		Nordeste	7.788	35,42
		Sudeste	7.803	35,49
		Sul	2.111	9,60
2017	21.559	Norte	2.622	12,16
		Centro-Oeste	1.682	7,80
		Nordeste	7.565	35,09
		Sudeste	7.561	35,07
		Sul	2.129	9,88

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos 2013 - 2017.

**O total de matrículas se refere a alunos com surdez na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos).*

Nota: Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Verificando a variação percentual entre as regiões brasileiras, percebemos que em destaque se apresenta o Centro-Oeste com cerca de 13,87% de aumento na concentração do número de matrículas, no entanto, este número não é considerado tão expressivo já que esse aumento se revela durante 5 anos. As regiões que também apresentaram variações positivas foram à região Norte com 5,19% e em seguida a região Nordeste com apenas 1,56%, as demais apresentaram uma variação negativa de aproximadamente 1%. A Tabela 5 apresenta as informações descritas anteriormente.

Tabela 5: Variação do número de matrículas de alunos com surdez na Educação Especial em Classes Comuns (Ensino Regular e/ou Educação de Jovens e Adultos) de acordo com as regiões brasileiras ao longo dos anos.

INTERVALO DE ANOS DO CENSO ESCOLAR	REGIÕES BRASILEIRAS	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE SURDOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL (%)
2013 - 2017	Norte	11,56 - 12,16	5,19
	Centro-Oeste	6,85 - 7,80	13,87
	Nordeste	34,55 - 35,09	1,56
	Sudeste	35,34 - 35,07	-0,76
	Sul	11,70 - 9,88	-1,05

Fonte: Elaboração Própria segundo dados disponibilizados pelas Sinopses Estatísticas da Educação Básica dos anos 2013 - 2017.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Independente da região brasileira, as escolas comuns e demais ambientes educacionais precisam enfrentar esse novo desafio de adequarem o espaço escolar para atender a diversidade dos alunos com surdez e toda a sua diferença linguística e cultural, devendo implantar propostas educacionais específicas para esses alunos no intuito de promover uma nova realidade educacional marcada pelos direitos educacionais igualitários (RODRIGUES, 2015).

4 CONCLUSÃO

Através dos dados da Sinopse Estatística da Educação Básica entre os anos de 2013 a 2014, foi perceptível observar que em relação ao número de matrículas gerais que conta com

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

todos os tipos de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, vem apresentando um aumento de cerca de 38%, sendo este um ponto positivo para a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Embora esse aumento, quando focamos no quantitativo de matrículas referentes à população surda foi observado que houve uma diminuição neste mesmo período em torno de 15%, onde muitos fatores possam estar associados a essa diminuição. A região que se destacou no aumento percentual de concentração do número de matrículas foi a região Centro-Oeste com 13,87%, embora quando avaliadas anualmente essa região apresente os menores percentuais em relação as demais regiões.

Diante do exposto, é perceptível a importância de conhecer e reconhecer o panorama da educação de surdos no Brasil, visto que esse público também está incluído no direito de receber uma educação com qualidade. É bem verdade que políticas estão sendo implementadas, no entanto, é preciso refletir sobre algumas questões: Como as escolas têm sido preparadas para receber os alunos com surdez? Quais estratégias utilizadas favorecem a sua permanência no ambiente educacional? São diversas as barreiras que os alunos surdos encontram no seu dia a dia para que alcancem uma educação com qualidade e que respeite as suas diferenças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. **Available from SciELO Book** <<http://books.scielo.org>>.

BRASIL. Ministério da Educação. **A Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001b.**

BRASIL. Ministério da Educação. Nota técnica Conjunta nº 02/2015/MEC/SECADI – SEB/DICEI. **Orientações para organização e oferta do atendimento educacional especializado na educação infantil**. Brasília: Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 25 de abril de 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. 23 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão : dificuldades de comunicação e sinalização: surdez.** [4. ed.] / elaboração profª Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

HONJOYA, M.M.B.; LIMA, A.M.M.S.B.; RIBEIRO, P.P.M. Educação Inclusiva para deficientes auditivos: relato de experiência. **Revista de Teorias e Práticas Educacionais – RTPE.** v. 18, n. 1, p. 05-08, jan/mar, 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016.** Brasília: Inep, 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017.** Brasília: Inep, 2018.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015.** Brasília: Inep, 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014.** Brasília: Inep, 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013.** Brasília: Inep, 2014.

MARTINS, S.E.S.O.; LEITE, L.P.; CIANTELLI, A.P.C. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. **Psicol. Esc. Educ.,** Maringá, v. 22, n. spe, p. 15-23, 2018.

MUTTAO, M.D.R.; LODI, A.C.B. Formação de professores e educação de surdos: revisão sistemática de teses e dissertações. **Psicol. Esc. Educ.,** Maringá, v. 22, n. spe, p. 49-56, 2018.